

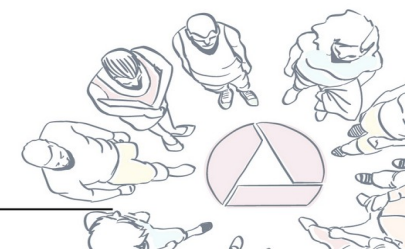
— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2024-2027 – EXERCÍCIO 2026

Tema/assunto: Infraestrutura e Mobilidade (PLEs nº 164, 182, 192, 196 e 198/2025)

Proponentes: Abenicio Gomes Turibio; Adair Ferreira Carvalho; Adimilson Braga; Adriano Alvarenga; Agmar Aparecido Ferreira Junior (Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Cercado – Aprafac); Agmar Pereira Lima (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz); Agnaldo Figueiredo dos Reis (Prefeitura Municipal de Divinolândia de Minas); Aldanny Guimarães Rezende (Gabinete Deputado Celinho Sintrocel); Alini Fernanda Bicalho Noronha (Prefeitura Municipal de Francisco Sá); Amâncio Oliva Neto; Amaro Zam Gonçalves dos Reis (Câmara Municipal de Brasilândia de Minas); Angelo Marcos Ribeiro; Antonio Caroba da Silva; Antonio Luiz Pereira (Câmara Municipal de Riachinho); Arthur Luiz Lorenzo Lopes Oliveira (Escola Família Agrícola); Benedito Pacífico da Rocha (Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Vale do Aço); Berenice da Penha Lima (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG); Cleuton Denis Gontijo (Escola Família Agrícola); Clevio Ferreira dos Santos (Câmara Municipal de Riachinho); Danrley Henrique Xavier Vieira; Daril Vieira da Silva; Eder Pereira da Mota (Câmara Municipal de Riachinho); Edvan Maurício dos Santos (Associação São Bartolomeu); Elias Carlos Lopes; Emilia Aparecida Esramos; Ernane Alves Correa (Instituto Brasil Arte e Cultura); Fabrício Ribeiro de Oliveira (Escola Família Agrícola); Francisco de Assis Santos (Associação De Produtores Rurais Da Agricultura Familiar Do Cercado – APRAFAC); Gabriel do Nascimento Vieira (Conselho Comunitário dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais do Portal dos Ventos da Gameleira do Município de Montes Claros); Genildo Oliveira Pinheiro (Câmara Municipal de Catuti); Geraldo Elcio do Socorro (Associação Artesanal e Social do Norte de Minas); Gisélia Helena Reis Santos (Câmara Municipal de Coronel Fabriciano); Glauber de Abreu Loscha Vilaça (Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas); Glauco Sathler Siman (Prefeitura Municipal de Açucena); Guilherme Alves da Silva e Silva; Gustavo Henrique Santos Serpa; Gustavo Silvério Vidal (Câmara Municipal de Santana do Paraíso); Harmone Henriqui Gomes dos Santos (Escola Família Agrícola); Izabel de Fatima Fonseca (Câmara Municipal de São João da Lagoa); João Batista Matias da Silva; João de Deus Marinho dos Santos; José Aparecido Pires Maciel (Escola Família Agrícola); José Eustáquio Leal (Central das Associações da Agricultura Familiar de Arinos); José Lucilio Alvarenga Neto (Câmara Municipal de Coronel Fabriciano); José Roberto de Moraes Machado (Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho); Jose Roberto silva; José Rubens Teixeira (Prefeitura Municipal de Catuti); José Vespasiano Cassemiro; Juçara Aparecida Machado Lopes; Júlio César de Oliveira (Câmara Municipal de São João do Oriente); Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade); Jussara Debora da Costa; Leiliane Pereira dos Santos Soares (Câmara Municipal de Jaíba); Lucas Souza Silva (Prefeitura Municipal de Marliéria); Luiz Carlos da Silva; Magno Newton Luiz Franco (Associação Comunitária de Marambainha); Manoel Delci Batista da Silva (Central das Associações da Agricultura Familiar de Arinos); Marcelo de Miranda Honorato (Prefeitura Municipal de Antônio Dias); Marcelo Oliveira da Cruz

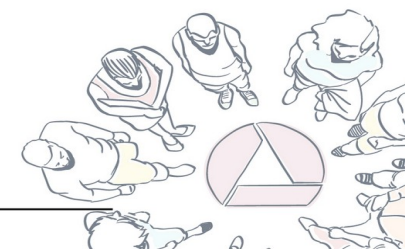


(Câmara Municipal de Ipatinga); Marcone Anjos Bento (Associação dos moradores de Angicos de Minas); Marcos Aparecido Ferreira da Silva; Maria das Graças Fernandes Araújo (Grupo de Amparo Mansão de Luz); Marisa de Souza Alves (Instituto Brasil Arte e Cultura); Matheus Pereira de Lima (Escola Família Agrícola); Max Vinícius Aguiar Martins (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas); Moacir José Morato de Andrade (Prefeitura Municipal de Natalândia); Mônica Cardoso de Assis (Conselho de Desenvolvimento Santa Tereza do Norte); Nazareno de Oliveira Barros (Prefeitura Municipal de Antônio Dias); Osório Pinheiro de Castro; Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente); Renato Lopes Santos de Carvalho (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG); Robson Carvalho Barbosa (Associação De Produtores Rurais Da Agricultura Familiar Do Cercado – Aprafac); Rodolfo Natanael da Cunha Lopes; Romar Chaves Canazart (Câmara Municipal de Sem-Peixe); Sebastião Emídio de Madeiros; Sebastião Lopes de Faria (Prefeitura Municipal de Belo Oriente); Sergio Hirle de Souza (Conselho de Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – Distrital Centro Sul); Silvia Tatiana Miranda (Câmara Municipal de Coronel Fabriciano); Sued Kennedy Parrela Botelho (Câmara dos Deputados); Thayná Aparecida Oliveira Almeida (Prefeitura Municipal de Francisco Sá); Tiago Barcelos Barbosa (Câmara Municipal de Timóteo); Valdir Vieira da Silva; Vanusa Avelar Souto Vilaça (Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas); Vera Lúcia Gonçalves Dias Moreira; Vera Lúcia Pereira Carneiro da Silva; Vicente Neres de Santana (Câmara Municipal de Montalvânia); Wenia Xavier Lima Silva; Willian Alves Pacheco; Wilson Assis (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timóteo); Wladimir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais).



Requerimentos – Pedidos de Providências ou de Informações

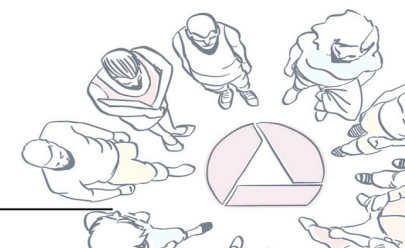
PLE/ 2025	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta até 31 de março de 2026
164	RQN 15.397/2025	Seinfra	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de informações sobre a situação atual da regulamentação, com o seu detalhamento, do transporte de bicicletas nos ônibus do transporte público rodoviário intermunicipal e do transporte público metropolitano.	
164	RQN 15.398/2025	ARMVA	Requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – ARMVA – pedido de informações acerca da competência dessa agência e de sua atuação na promoção do desenvolvimento socioeconômico, da infraestrutura rural e da integração entre a produção da agricultura familiar e o comércio urbano da região.	
182	RQN 15.461/2025	Seinfra	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a situação atual do Terminal Metropolitano São Gabriel,	



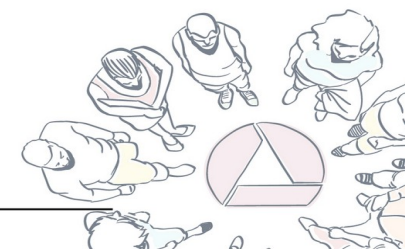
			esclarecendo-se se ele está sob a gestão da concessionária MetrôBH ou de outro órgão ou entidade e quais são os planos do órgão para a melhoria estrutural e operacional do referido equipamento de transporte.	
182	RQN 15.462/2025	Seinfra	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de providências para a revisão do Decreto nº 44.603, de 2007, separando as regras do transporte público metropolitano daquelas do transporte público rodoviário intermunicipal e aprimorando a eficiência e o conforto da operação de ambos os subsistemas; para a melhoria da integração operacional nos terminais de transporte metropolitano, com ampliação da sincronicidade e da compatibilidade de horários entre as linhas troncais e as alimentadoras; para a implantação de terminais metropolitanos nos Bairros Imbiruçu, em Betim, Veneza, em Ribeirão das Neves, Ferrugem, em Contagem, e no Município de Sabará; e para a implantação da integração tarifária do metrô com todas as linhas metropolitanas que operam no Terminal Metropolitano São Gabriel.	
182	RQN 15.463/2025	Seinfra e Agência RMBH	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias –	O secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias informou que o Estado de Minas Gerais, por



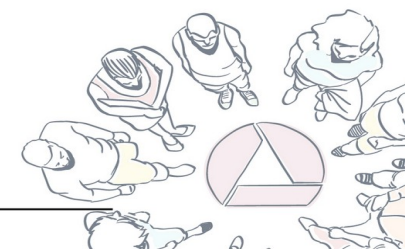
			<p>Seinfra – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para que, em conjunto, firmem convênios de governança e de integração institucional com os municípios da RMBH, com vistas à integração total do transporte coletivo metropolitano, que culmine, em médio prazo, com a adoção de bilhete único na região.</p>	<p>intermédio da Seinfra, a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH), a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (GRANBEL), o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Superintendência de Mobilidade do Município (Sumob), o Município de Betim, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, o Município de Contagem, por meio da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes (TRANSCON) e o Município de Nova Lima lançaram, em conjunto, o Pacto pela Mobilidade Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte.</p> <p>A iniciativa de cooperação técnica interfederativa é voltada ao planejamento, à coordenação e à execução de ações conjuntas destinadas à integração institucional, operacional, tarifária e informacional do sistema de mobilidade metropolitana.</p> <p>O processo de estruturação encontra-se em estágio avançado, tendo sido precedido pela atuação contínua do Grupo de Trabalho de Integração da Mobilidade Metropolitana, instituído em 2025, que promoveu a realização de reuniões técnicas e executivas (secretários, diretores e prefeitos), a elaboração de diagnóstico</p>
--	--	--	--	---



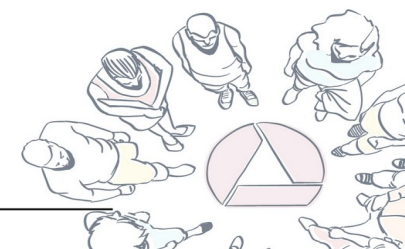
				<p>consolidado e a organização de base de dados compartilhada entre os entes participantes.</p> <p>A fim de institucionalizar e formalizar o Pacto, foi instruído um Acordo de Cooperação Técnica - ACT GT Integração. O processo do ACT encontra-se em estágio avançado de estruturação, já com o aval dos partícipes.</p> <p>O Plano de Trabalho prevê um conjunto estruturado de ações a serem desenvolvidas em horizonte de curto e médio prazo, abrangendo, entre outros aspectos, a governança, o compartilhamento de dados, a integração tarifária, a racionalização da rede e a estruturação de instrumentos jurídicos complementares.</p>
182	RQN 15.464/2025	Agência RMBH	Requer seja encaminhado à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH - pedido de providências para que, na revisão do PPAG 2024-2027 para o exercício 2027, seja discutido com o Comitê Técnico de Mobilidade Urbana da RMBH as ações e os investimentos relacionados ao transporte a serem incluídos nos projetos orçamentários estaduais do referido ano.	
182	RQN 15.465/2025	Segov	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a revisão da Lei Delegada nº 128, de 2007, no tocante ao	O secretário de Estado de Governo informou que a composição e as atribuições do Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano encontram-se



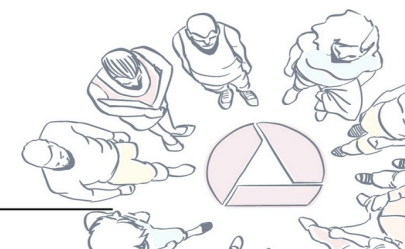
			<p>Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano, a fim de possibilitar a participação de representantes dos usuários nesse conselho.</p>	<p>previstas na Lei Delegada nº 128 de 2007. Segundo o secretário, a composição atual do Conselho contempla, de forma indireta, a representação dos interesses dos usuários por meio da participação da Associação dos Municípios Mineiros, entidade que contribui para levar ao colegiado demandas e percepções das administrações municipais, as quais, em grande medida, refletem as necessidades e expectativas da população usuária dos serviços de transporte.</p> <p>Tendo em vista que iniciativas voltadas ao fortalecimento dos mecanismos de participação social e ao aprimoramento da governança das políticas públicas de mobilidade e transporte coletivo são relevantes para o contínuo aperfeiçoamento da gestão pública, sugeriu que o pedido seja encaminhado à Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais – ARTEMIG, às Agências de Desenvolvimento Metropolitanas e ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG, para conhecimento e eventual manifestação, de modo a subsidiar uma avaliação mais abrangente sobre o tema.</p>
192	RQN 15.482/2025	DER-MG	<p>Requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre o desenvolvimento do aplicativo de fiscalização do transporte coletivo intermunicipal e metropolitano.</p>	



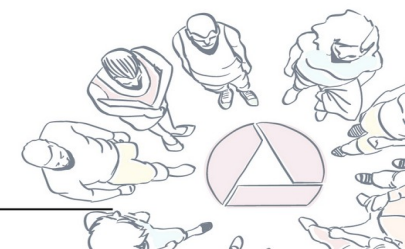
192	RQN 15.483/2025	DER-MG	<p>Requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG - pedido de providências para que envide esforços para viabilizar o recapeamento da LMG-425, entre Revés do Belém, distrito de Bom Jesus do Galho, e Vargem Alegre; a pavimentação da Rodovia LMG-760 e de demais vias que a conectam ao sistema viário regional; a revitalização e a realização de melhorias na Rodovia AMG-900, de Antônio Dias até a BR-381; a realização de intervenções na Rodovia LMG-758, entre Belo Oriente e Virginópolis, com melhoria da qualidade da pavimentação, redução da ocupação da faixa de domínio, ampliação do trecho com acostamento e construção de terceira faixa; a realização das obras de construção do contorno de Timóteo; a revitalização da Rodovia MG-425 no trecho entre Cava Grande e Timóteo; a pavimentação da Rodovia LMG-789, que liga Naque a Açucena; a pavimentação do trecho da Rodovia MG-020 entre o entroncamento com a MG-010 e a instituição Portal da Paz, em Jaboticatubas; a pavimentação da LMG-662, entre o Município de Natalândia e a BR-251, e a construção de uma ponte nesse trecho; e a pavimentação da Rodovia MG-638, entre os Municípios de Riachinho e Uruana de Minas.</p>	
-----	--------------------	--------	---	--



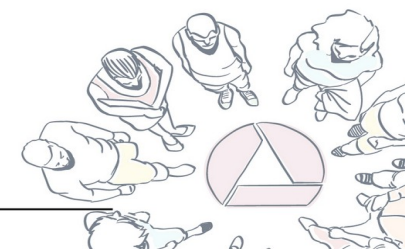
192	RQN 15.484/2025	DER-MG e ARMVA	Requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – ARMVA – pedido de providências para que envidem esforços com vistas à realização de obras de construção do contorno da BR-458, em Santana do Paraíso, para acesso ao Aeroporto Regional do Vale do Aço.	Em resposta o DER-MG esclareceu que a BR-458 constitui infraestrutura rodoviária federal, sob jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, a quem cabe a análise de viabilidade técnica, orçamentária e operacional das intervenções propostas. Dessa forma, as intervenções relacionadas à implantação de contornos, adequações geométricas ou quaisquer outras obras estruturais na referida rodovia inserem-se no âmbito de competência da União, não cabendo ao DER-MG a execução direta das medidas pleiteadas.
192	RQN 15.485/2025	DER-MG e Sejusp	Requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências com vistas à pavimentação das vias de acesso às unidades prisionais do Norte do Estado que estejam sob a jurisdição do DER-MG, nos Municípios de São João da Ponte, Taiobeiras, Manga, Montes Claros, Januária, Bocaiuva, Itacarambi, Porteirinha, Salinas, Francisco Sá, São Francisco, Janaúba e Monte Azul.	Em resposta ao requerimento, o vice-diretor-geral do DER-MG reconheceu a relevância da demanda apresentada, mas informou que não há, no momento, estudos ou projetos de engenharia em andamento voltados às obras indicadas no pedido de providências. Segundo ele, a adequada análise técnica da demanda depende da identificação precisa dos acessos mencionados, com a indicação exata de suas localizações, para possibilitar a verificação quanto à eventual inserção dessas vias na malha rodoviária estadual e, por conseguinte, à competência do DER-MG para atuação no caso concreto. Somente a partir dessa delimitação técnica será possível aferir, com segurança, a natureza das intervenções eventualmente cabíveis, bem como a viabilidade de adoção de providências no âmbito das



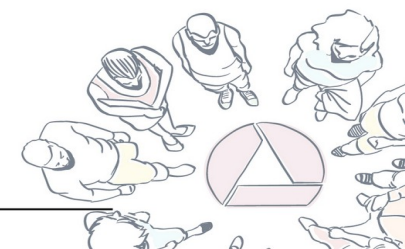
				<p>atribuições da autarquia. Dessa forma, no estágio atual, o DER-MG não pode avançar na avaliação da pretensão sem o detalhamento locacional dos acessos referidos, mas se coloca à disposição para proceder à análise técnica da matéria tão logo sejam disponibilizados os elementos necessários.</p> <p>A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp -, informou que, considerando que a demanda envolve intervenções em infraestrutura viária, cuja gestão é de competência do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), encaminhou àquela autarquia o Ofício SEJUSP/SULOT nº 53/2026, remetendo o referido requerimento para conhecimento e adoção das providências cabíveis, bem como para manifestação acerca de eventuais encaminhamentos relacionados ao pleito.</p>
196	RQN 15.496/2025	Prefeitura Municipal de Sabará	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para a realização de parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - Seinfra - visando à pavimentação da via que liga a sede do município à BR-381, no Distrito de Ravena.	
196	RQN 15.498/2025	Prefeitura Municipal de	Requer seja encaminhado Prefeitura Municipal de Brasília de Minas pedido de providências para a	



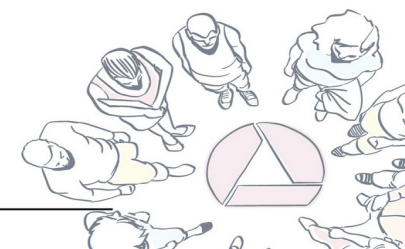
		Brasília de Minas	realização de parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - Seinfra - visando à pavimentação da via que liga a sede desse município ao Distrito de Angicos de Minas.	
196	RQN 15.500/2025	Prefeitura Municipal de Santana do Riacho	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santana do Riacho pedido de providências para que promova a recuperação de ruas deterioradas no município, conforme solicitado durante o processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2024-2027, exercício 2026.	
196	RQN 15.501/2025	Agência Metropolitana do Vale do Aço Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	Requer seja encaminhado à Agência Metropolitana do Vale do Aço e à Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano pedido de providências para a melhoria do sistema de transporte público municipal desse município, com investimentos na frota, conforme solicitado durante o processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, exercício 2026.	
196	RQN 15.502/2025	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano pedido de providências para viabilizar a realização de drenagem e pavimentação da Rua Angá, nesse município, conforme solicitado durante o processo	



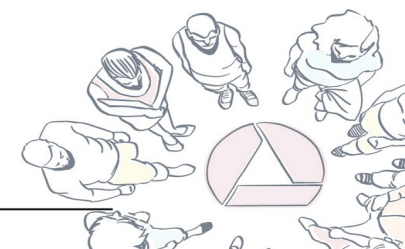
			participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2024-2027, exercício 2026.	
196	RQN 15.504/2025	Prefeitura Municipal de Nova Lima	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Nova Lima pedido de providências para melhorar a sinalização no Bairro Vale do Sereno, conforme solicitado durante o processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2024-2027, exercício 2026.	
196	RQN 15.505/2025	Prefeitura Municipal de Sabará	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para aprimorar a sinalização no Bairro Ana Lúcia, conforme solicitado durante o processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2024-2027, exercício 2026.	
196	RQN 15.507/2025	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam coibidos os estacionamentos irregulares nas ruas de itinerário do transporte coletivo no Bairro Céu Azul, conforme solicitado durante o processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2024-2027, exercício de 2026.	
196	RQN	Sejusp	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado	



	15.508/2025	Cemig	de Segurança Pública - Sejusp - e à Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - pedido de providências para que criem um grupo de trabalho visando à articulação com os municípios para a melhoria da iluminação pública nos arredores de unidades prisionais do Estado, conforme solicitado durante o processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2024-2027, exercício de 2026.	
196	RQN 15.509/2025	Prefeitura Municipal de Inhapim	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Inhapim pedido de providências para a construção de ponte que ligue a Comunidade de São Silvestre à sede do município, bem como para o calçamento do Morro do Zaqueu, no Distrito de Januário, do entorno da Represa do Carmo, do Morro da Rosa Mineira, das ruas da Comunidade dos Lopes, da Serra do Vicente, das vias da Comunidade dos Brás e das vias no Córrego do Matheus, conforme solicitado durante o processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2024-2027, exercício de 2026.	
198	RQN 15.514/2025	Seplag e DER-MG	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -, à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e	A Seplag encaminhou o Ofício SEPLAG/SIAPLE nº. 13/2026 informando que, a partir de consulta à área técnica, a Seplag encontra-se em estágio avançado de



			<p>Parcerias - Seinfra - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização de concurso público para os cargos de auxiliar de transportes e obras públicas, agente de transportes e obras públicas, gestor de transportes e obras públicas, na Seinfra, e fiscal assistente e fiscal de transporte, no DER-MG.</p>	<p>alinhamentos com a Seinfra e o DER visando à realização do referido concurso público. Neste momento aguarda o envio da solicitação formal pelas instituições para emitir avaliação técnica.</p> <p>O DER-MG encaminhou o Ofício DER/ASSESSORIA nº. 107/2026 informando, inicialmente, que o referido órgão reconhece a importância estratégica da recomposição de sua força de trabalho como fator essencial para a manutenção da qualidade e da continuidade dos serviços públicos prestados, notadamente no que se refere às atividades de fiscalização, operação e gestão da malha rodoviária estadual. Ainda assim, afirmou que a instauração de certame público constitui medida administrativa de elevada complexidade, cuja instrução demanda a demonstração inequívoca da disponibilidade orçamentária e financeira, bem como a elaboração de estimativas de impacto orçamentário-financeiro, requisitos indispensáveis à criação de despesa continuada, em estrita observância às normas de finanças públicas e ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>Também, informa que tem concentrado esforços na realização de estudos diagnósticos e no levantamento detalhado das necessidades setoriais, com vistas a subsidiar o planejamento da força de trabalho a médio e longo prazo, de forma técnica, responsável e sustentável,</p>
--	--	--	--	---



			<p>permitindo que eventuais decisões da Administração Superior quanto ao provimento de cargos ocorram de maneira fundamentada e compatível com a capacidade fiscal do Estado.</p> <p>Por fim, informou que o tema se encontra em fase de estudos internos e de alinhamento junto aos órgãos centrais de planejamento do Poder Executivo, não havendo, até o presente momento, cronograma definido para a publicação de edital de concurso público no âmbito desta Autarquia.</p> <p>A Seinfra informou por meio de nota técnica do DER que analisa a demanda internamente mas que não há previsão de um cronograma para publicação de edital, considerando as exigências legais para deflagração de certame público.</p> <p>Também, informou que a Secretaria reconhece a importância do pleito, contudo, em função da situação fiscal do Estado de Minas Gerais, se encontra impedida de propor Concurso para recomposição de sua força de trabalho, por função da vedação expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>
--	--	--	---

